



O pragmatismo pode ser identificado com o utilitarismo?

Inês Lacerda Araújo¹

inesaraujo60@gmail.com

Resumo

Nossa resposta à questão do título, se o pragmatismo pode ser identificado como um utilitarismo é “não”. O termo pragmático, no uso cotidiano, tem se confundido com tirar proveito de algo, em seu benefício, até mesmo de modo ilícito. Mesmo no meio acadêmico, uma das críticas mais frequentes ao pragmatismo visto de um modo geral, é identificá-lo com um utilitarismo. Pretendemos mostrar que o utilitarismo tem raízes históricas e propósitos inteiramente distintos da corrente pragmatista norte-americana, em especial em Dewey. O segundo objetivo é evidenciar certos pressupostos que norteiam o movimento pragmatista em seus aspectos lógicos, epistemológicos e políticos. Quanto aos aspectos lógicos, Peirce e Dewey propõem cada um a seu modo, que signos e a linguagem reportam a mente, o raciocínio e a inteligência à ação, ao aprendizado, à vida. No que diz respeito aos aspectos epistemológicos, o ponto de partida é a noção de experimentação e de investigação. Em relação aos aspectos políticos, e aqui nos referimos exclusivamente a Dewey, que a ação humana é transformadora. O terceiro objetivo é esclarecer o que é utilitarismo. Identificar a verdade ao seu uso utilitário, como fez Bentham, fundamentar a verdade em um critério de utilidade econômica, tendo em vista motivos e seus efeitos bons,

¹ Professora pesquisadora no Mestrado em Filosofia – PUCPR. Autora de: *Introdução à Filosofia da Ciência*: Curitiba, Editora da UFPR, 3. ed. 2003; *Foucault e a Crítica do Sujeito*: Curitiba, Editora da UFPR, 2000; *Do Signo ao Discurso: Introdução à Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Parábola, 2004.

maus ou neutros com relação à conduta em sociedade e aos governos, implica consequências imediatas para o bom governo, para legislar. Esse é o sentido de utilitarismo. Em seguida descreveremos brevemente o conceito de verdade para W. James, que mesmo dizendo ser verdade o que é útil, o faz num sentido muito diferente da aplicação do conceito de útil à política e à economia. Portanto, mais uma vez, um uso diverso do utilitarismo inglês. Finalmente mostramos que para Rorty, a verdade é uma questão de justificação, de uso em contexto.

Palavras chave

Utilitarismo – pragmatismo – critério de verdade

Abstract

Our answer to the question if it is possible to identify pragmatism to utilitarianism is “no”. The term pragmatic, in its everyday use, has been confused with to take advantage of anything in one’s own benefit, even in illicit way. One of the most current critics to pragmatism, among experts in philosophy, is to identify pragmatism with utilitarianism. Our intention is to show that the historic roots and purposes of both trends are entirely different, in particularly with Dewey. The second objective is to make evident certain presuppositions that guide the pragmatist movement in its logic, epistemological and politic aspects. As to the first ones, Peirce and Dewey propose, each one in its own way that signs and language are basic so that mind, thinking and intelligence must be reported to action, to the learning processes and to life. In relation to the epistemological aspects, the starting point is the notion of experimentation and inquiry. And in reference to the political aspects, and here we restrict our analysis to Dewey, that human action is transformative. The third objective is to make it clear what is utilitarianism. To identify truth to what is useful, as did Bentham, to fundament truth in an economic utilitarian criteria in purpose to attain motives and good, bad or neutral effects in the society and government conducts, implies immediate consequences to govern and legislate well. This is the meaning of the utilitarianism. Next, we will describe in short the concept of truth to W. James. Even when he stresses that truth is what is useful, his intentions is entirely different from the concept of utility that Bentham applied to politics and economy. So, again, it has a different use from the English utilitarianism. Finally we show that for Rorty’ truth is a matter of justification, of use in context.

Key words

Utilitarianism – pragmatism – criteria of truth

Introdução

Na acepção cotidiana, em especial a dos jornalistas no Brasil, se atribui ao termo “pragmatismo” uma forte conotação de utilitarismo moral, tirar proveito em tudo, juízo que em geral cabe aos políticos com suas ações que visam não o bem público e sim suas contas e interesses particulares. Mas também se encontra quem, até mesmo no ambiente acadêmico da filosofia, defenda que o pragmatismo é um utilitarismo. São filósofos apressados, para dizer o mínimo. Há uma associação entre pragmatismo e a prática de levar vantagem em tudo, simbolizada por um antigo comercial de TV em que um jogador da seleção aparece sentado em um banquinho, bate na cabeça com uma carteira de cigarros, em sinal de inteligência e proclama: “É preciso levar vantagem em tudo” (*Vila Rica* seria a marca barata e boa...)

Deixemos os jornalistas e o público que critica nossos políticos, em geral, com o ônus da prova. Porém não é possível aceitar a confusão conceitual no terreno da filosofia. Neste texto pretendo mostrar que o utilitarismo é uma corrente inglesa de pensamento, focarei o utilitarismo de Bentham para evidenciar que nenhum filósofo exponencial do pragmatismo, C. S. Peirce, W. James e tampouco Dewey podem ter suas concepções de verdade, ação e realidade ligadas à utilidade.

Mais do que centenário, o movimento pragmatista ainda é alvo de preconceito e de má compreensão. É um erro conceptual trazer para a discussão epistemológica um conceito de utilidade que se liga ao proveito prático pessoal. O útil é considerado apenas de um ponto de vista da pessoa que usufrui e revela nisso esperteza, os meios não importam para chegar a um fim; esse argumento se liga a uma retórica chã usada também para criticar o chamado sistema capitalista. Assim, pelo contrário, o que o pragmatismo entende por uso prático tem relação com a vida, com a tomada de decisão responsável. Esse conceito de uso prático para a vida, para a tomada de decisão, tem a ver com aquilo que os gregos chamavam de *phronesis*, a sabedoria prática; além disso, há a exigência de se levar em conta as consequências para a ação.

O utilitarismo de Bentham

O princípio de utilidade de Bentham (1748-1832) fundamenta sua concepção jurídica e moral para a sociedade. Tal princípio parte da noção de que os homens estão sujeitos ao prazer e a dor quando empenhados em “construir o edifício da felicidade através da razão e da lei” (1979, p. 3). Essa afirmação se encontra na obra *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. Como o título indica, sua preocupação é política e jurídica, a ação é medida por aquilo que aumenta ou diminui a felicidade não só dos indivíduos, mas

também de governos. Utilidade é uma propriedade inerente a algo que permite produzir ou proporcionar “benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade”; e também a utilidade significa “impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta” (1979, p. 4); esta parte pode ser a comunidade em geral ou o indivíduo, sendo que a primeira é a soma destes, assim o interesse da comunidade só é atendido se atender o interesse do indivíduo. Esse interesse é favorecido “quando tende a aumentar a soma de seus prazeres [...]. Uma determinada ação está em conformidade com o princípio de utilidade [...] quando a tendência a aumentar a felicidade for maior do que qualquer tendência que tenha a diminuí-la” (1979, p. 4). As medidas do governo também devem seguir o mesmo princípio, que faz parte da própria natureza humana. As ações humanas são perniciosas ou não conforme as consequências do ato, em especial as ações materiais. Quando se age racionalmente entram em jogo a intenção e o estado de alerta ou inteligência que acompanha a intenção. Bentham leva em conta esses fatores para mostrar em que circunstâncias deve haver punição de uma ação, examinando a intenção e os motivos da ação.

O utilitarismo de Bentham se relaciona com sua concepção de natureza humana e de como levar em conta fatores inerentes a ela para melhor calcular os efeitos da ação e assim, melhor governar, aplicar leis e de como o legislador pode levar à felicidade, com eficácia, a comunidade.

A utilidade como critério e medida para evitar dor e proporcionar prazer está bem longe de princípios e conceitos do pragmatismo de Peirce (1839-1914), James (1842-1910) e Dewey (1859-1952). Vejamos em linhas gerais quais são os critérios e conceitos que são por eles empregados para mostrar que em nenhum deles a noção de utilidade tem a ver com cálculo de prazer e dor e nem com felicidade individual ou da comunidade, e tampouco com a noção mais rasteira de vale o que for útil, a qual, aliás, o próprio Bentham rejeita.

Realidade, significação e verdade para Peirce

Peirce gostaria que pragmatismo fosse renomeado como pragmaticismo, pois sua abordagem diz respeito à significação, que ele diferencia de verdade. Esta pode ser abordada de um ponto de vista científico e lógico. Não é possível pensar sem signos e a experiência tem relação com as possibilidades dos objetos, da realidade que será inquirida. A inquirição começa com certas crenças que formam hábitos para a ação. Nossas crenças se acomodam à natureza, que exerce uma pressão pelos modos como se apresenta. Como ela nunca se apresenta em sua totalidade, a ciência está sujeita ao princípio do falibilismo.

As crenças se estabilizam e fixam hábitos e condutas para a ação, e são eles que permitem que signos signifiquem. O que algo é, certo objeto, não é simplesmente representável, e sim deve suas características às consequências práticas que dele se podem retirar ou usufruir em um processo de inquirição. Efeitos com consequências práticas é tudo o que precisa ser considerado para conceber um objeto. O processo de inquirição é uma lida com o significado. “[...] para Peirce, diz De Waal, o pragmatismo é um método para determinar o significado dos conceitos, ideias, crenças, alegações, proposições, etc., de qualquer coisa que pode agir como signo” (2007, p. 41). Importa o que faz diferença na prática, as crenças verdadeiras, pelo fato de serem verdadeiras, têm efeitos na prática e tais efeitos são testados pela experiência produzida.

Assim, verdade, realidade, real, objeto, ideia ou crença são conceitos a que a máxima do pragmatismo pode ser aplicada. O real, os objetos são independentes e produzem efeitos, sobre nós, as crenças, e o que podemos deles conhecer são seus efeitos sobre nosso modo de significar e de agir, e a realidade fica estabilizada. “Verdade é nada mais nada menos do que a opinião permanentemente estabelecida”, explica De Waal (2007, p. 47-48) e aquilo sobre o que entram em acordo todos os que investigam, é a verdade e o objeto dessa opinião é o real. Entra em consideração o que Peirce chamou de comunidade indefinida de investigadores, cuja investigação chega a um termo e estabelece uma opinião, com isso a verdade se estabelece acerca de determinado setor, de determinadas questões.

Pragmatismo para Peirce não tem nada a ver com solucionar problemas práticos. Quando ele categoriza o real em três possibilidades de abordagem, e quando afirma que a significação liga-se a hábitos, afirma um realismo prático. O comportamento repetido, “em combinações de perceptos e fantasias, produz uma tendência – o hábito – a comportar-se de maneira semelhante no futuro”, explica Peirce (1980, p. 135). Signos produzem interpretantes no processo de semiose. Os fenômenos podem ser generalizados por processos de semiose. Prevalece a noção de que importam as consequências reais e auto-controláveis de uma conduta que delibera, usa o raciocínio nos moldes de uma lógica normativa, onde valem as relações. Mesmo conceitos simples são suscetíveis de análise por implicarem possibilidades diversas de relações. As inferências demandam aplicação de regras ou normas que podem ser repetidas e generalizadas para aplicações futuras em condições semelhantes.

Onde está verdade como utilidade? Em lugar algum no pragmatismo de Peirce.

Como Dewey analisa o utilitarismo

Na obra *Reconstruction in Philosophy* Dewey afirma que o utilitarismo é uma dessas escolas filosóficas que merecem reconstrução. O pragmatismo de Dewey se afasta tanto do realismo como do idealismo, quando mostra que nem real e nem ideal são conceitos em si, absolutos; real pode ser aquilo que é aceito como material de mudança ou como impedimento ou meio para mudanças que se deseja; e o ideal pode ser considerado como algo suscetível de ser usado em um nível mais elevado para transformar o mundo empírico, desse modo “eles representam as possibilidades inteligentemente pensadas *do* mundo existente que podem ser usadas como métodos para transformá-lo e melhorá-lo” (2004, p. 70).

Para Dewey não faz sentido um conhecimento e uma filosofia contemplativa, ambos devem ser operacionais (*operative*). Mas há uma enorme distância entre o instrumentalismo de Dewey e o utilitarismo. Com seu instrumentalismo, a filosofia nada perde em dignidade, pelo contrário, assume novos papéis frente à educação, à cultura, à política e à ética. Diz ele que a mudança de uma filosofia contemplativa para uma filosofia operacional, reconstrutora

não significa rebaixamento da dignidade da filosofia de um plano sublime para o de um vulgar utilitarismo. Significa que a função principal da filosofia é de racionalizar as possibilidades da experiência, especialmente a experiência humana coletiva. A finalidade desta mudança pode ser concretizada considerando quão longe estamos de cumpri-la. Apesar das invenções que permitem aos homens usar as energias da natureza para seus propósitos, estamos ainda longe da tratar cotidianamente do conhecimento como o método do controle ativo da natureza e da experiência (2004, p. 70).

As coisas nos levam a diversos e diferentes modos de ação, elas não têm uma essência fixa e nem um uso que envolva benefício próprio, um cálculo de mais prazer e menos dor. Idéias, noções, significados, teorias, sistemas são instrumentos para a reorganização ativa do meio, para remover obstáculos, e quando aquilo para que são usadas é um empreendimento bem-sucedido, se prova como válido, verdadeiro, bom, sólido, confiável. O valor desta concepção de verdade depende de levar em conta, igualmente, o que Dewey, entende como lógica do pensamento. Ele explica que considerar a verdade em termos de satisfação não deve ser confundido com satisfação de necessidades pessoais, conforto privado.

Mas a satisfação em questão significa a satisfação de necessidades e condições para o problema a partir do qual a ideia, o propósito e o método de ação, surgem. Ela inclui condições públicas e objetivas. Não cabe sua manipulação por capricho ou idiossincrasia pessoal. Novamente, quando verdade é definida como utilidade, ela é, com frequência pensada como significando utilidade para algum propósito puramente pessoal, algum

proveito com relação ao qual o indivíduo apostou todas suas fichas. Tão repulsiva é uma concepção de verdade que a transforma em mero instrumento de ambição e engrandecimento privados, que o espanto é que tais críticos tenham atribuído tal noção a homens sãos. De fato, verdade como utilidade significa servir para realizar exatamente aquela contribuição para a reorganização da experiência que a ideia ou teoria exige que ela seja capaz de realizar (2004, p. 90-91).

Quer dizer, a verdade é posta à prova pela necessidade de seu uso mediante uma ideia ou plano a ser seguido e posto em prática, de modo a rejeitar a noção de verdade como contemplação ou pura representação, que faz com que a ela fique colada a substâncias como Ser, Realidade. A visão tradicional de verdade é posta em xeque por Dewey, pois com ela o compromisso único é com os dogmas autoritários; fixá-la como inamovível ou superior, a torna inacessível à mudança, e incapacita os homens para assumir responsabilidades no terreno ético e político, onde deve prevalecer o combate a preconceitos e dogmas.

Para Dewey o utilitarismo teve méritos específicos, entretanto. É que ele confrontou as teorias clássicas que tinham um teor vago, finalista, e propôs voltar-se para terrenos concretos. Mas, como analisa Dewey com acurado espírito crítico:

ele (o utilitarismo) subordinou a lei às realizações humanas ao invés de subordinar a humanidade à lei externa. Ele ensinou que as instituições são feitas para o homem e não o homem para as instituições; promoveu toda sorte de reforma. Ele tornou o bem moral natural, humano, em contacto com os bens naturais da vida [...]. Mas ainda estava profundamente afetado em pontos fundamentais pelas antigas maneiras de pensar. Nunca questionou a ideia de um fim último, fixo e supremo. Apenas questionou as noções correntes quanto à natureza daquele fim; e em seguida inseriu o prazer e a maior agregação possível de prazeres na posição do fim último (2004, p. 104).

Desse modo, as atividades humanas são meios externos para obter prazeres, ou como poderiam dizer os filósofos clássicos, tudo se subordina ao sensorial. Se o prazer tem valor em si que independe do modo como se obtém e a felicidade algo que se possui, o utilitarismo ressalta aspectos instintivos, não leva em conta a criatividade que faz parte dos processos de produção, de invenção, de recriação do mundo. Dewey critica toda filosofia que estabelece fins últimos e fixos. Ora, diz ele, as operações de criação não são apenas instrumentos, as atividades de produzir coisas, de invenção implicam riscos, esforços. Se essas são deficiências teóricas, as consequências práticas do utilitarismo foram mais graves, causando problemas sociais, impedindo que novas ideias pudessem atacar abusos sociais antigos. O capitalismo trouxe dificuldades que o utilitarismo, ao invés de sanar ou diminuir, encobriu e até defendeu. Diz Dewey: “A ênfase na aquisição e posse de gozos

adquiriu um colorido inconveniente ligado ao enorme desejo contemporâneo por bem estar e os prazeres que ele possibilita” (2004, p. 105).

O utilitarismo não promoveu ativamente o novo materialismo econômico, mas contribuiu para ele, com uma visão comercial, em que vale o produto e não o como produzir, em que benefícios são visados por interesse do capital privado, a propriedade fica sujeita ao ganho, ao negócio. Em vez disso a ênfase deveria ser na produção como meio para crescimento e melhoria social, oportunidade de obter mais poder criativo pessoal. Assim, “a ética utilitária” deve ser alvo de reconstrução, pois ao fixar alvos, impede de nos emanciparmos daqueles alvos (riqueza, poder, satisfação, prazer), considerados como bens em si. A felicidade é uma questão de cálculo e esforço para os utilitaristas, mas o gozo é sempre estrito, com efeito curto e local.

Dewey considera que o processo de investigação requer a verdade e nesse processo, o que

é aceito como verdade, tem uma enorme importância; a inquirição não poderia dar um passo sem ela. Mas ela está sujeita ao uso, e subordinada às descobertas que ela possibilita. Ela tem que ser ajustada às últimas e não o inverso. Quando coisas são definidas como instrumentos, seu valor e validade residem naquilo que provém delas; consequências e não antecedentes alimentam o significado e a verdade. Verdades prontas podem ter certeza prática ou moral, mas logicamente elas nunca perdem a qualidade hipotética. Elas são verdadeiras *se*: se outras coisas eventualmente se apresentam; e quando essas últimas coisas ocorrem, elas então sugerem possibilidades futuras; na operação de dúvida-inquirição-descoberta se fazem presentes (1988, p.123-124).

Assim verdade tem uso, mas não significa que o princípio do utilitarismo, vantagem, prazer em tudo, seja um princípio do pragmatismo de Dewey.

Verdade e utilidade para W. James

Para James o processo de conhecimento depende de sensações e percepções que o objeto pode envolver no sentido prático e as reações que isso produz. Quer dizer, o que se deve levar em conta são os efeitos dos objetos, as sensações que ele produz e as reações que ele provoca. Assim, há que levar em conta a relação deles com a vida prática, a pergunta pela diferença que eles podem produzir para a pessoa, as consequências para aqueles que aceitam uma proposição; assim, não importa o que o fenômeno é, sua natureza intrínseca. Se eu tenho uma fé religiosa, crer e levar uma vida em que a crença exerce um papel substancial, que efeitos têm em minha vida? Eles são benéficos para mim e para aqueles com quem convivo? Isso é o que importa e não se a crença tem uma relação única com alguma realidade superior, com uma idealidade acima da vida humana prática. Cada pessoa

deve assumir os riscos para sua vida de escolher tal ou tal valor. A disposição para uma crença tem efeitos reais.

Apesar desse princípio de “practicalidade” ser aplicável em questões morais, jurídicas e religiosas, o que James visa não é o princípio de utilidade de Bentham e sim mostrar que a prova empírica não pode solucionar conflitos e dilemas morais. Como uso a fé, a crença, com que objetivo? As perspectivas de vida contam mais do que o puro deleite ou proveito prazeroso. Que concepção de mundo se terá, é mais agradável, mais acolhedora, mais esperançosa? O critério de crença genuína exclui o critério da utilidade, do cálculo.

Já no campo da ciência, a crença genuína não vale, pois é preciso registrar o que a natureza apresenta, mas não como cópia. Não há uma realidade pronta que basta copiar, as teorias são um auxiliar conceitual, elas organizam a experiência. Verdade não é a descoberta de algo já pronto, ela é maleável; as verdades são plásticas, mesmo conteúdos já aceitos podem ser revistos. James preconiza uma concepção instrumentalista da verdade, uma teoria científica traz resultados para a ação, como lidar com a realidade de modo a poder ajustar-se com ela, guiar-se por ela, (o que exclui tanto o realismo como o idealismo). A verdade pode crescer com a experiência, levar a ações bem-sucedidas, e nisso o critério utilitarista não funciona. O critério mais adequado é o da coerência, da relevância, das consequências em termos de possibilidade de verificação de seus efeitos. Desse modo é possível levar adiante tais efeitos, apreciá-los, avaliá-los, praticá-los. Diz De Waal

A noção de concordância deve ser considerada num sentido mais amplo. Em uma ocasião, James vai tão longe a ponto de sugerir que *qualquer* ideia que não colida com a realidade concorda com a realidade e deve, assim, ser chamada de verdadeira [...] Essa alegação é menos radical do que soa se considerarmos também que a visão jamesiana da realidade não permite todo aquele espaço de manobra quanto parece [...] Por conseguinte, podemos prescrever a James a visão de que as crenças concordam com a realidade – sendo assim verdadeiras – são as que nos levam no caminho correto ante um futuro ainda aberto, em que somos jogadores ativos com um campo limitado de jogo (2007, p. 76).

Há o sentido comum em que verdade é uma concordância com a realidade, o sentido de “expediency”, quando a verdade precisa ser verificada em seu aspecto de utilidade, quer dizer, uma ideia é melhor do que outra para realizar certo propósito. Mas há ainda outro sentido, o de “absolutamente verdadeiro”, em que a condição é a de que se uma proposição é em algum momento verdadeira, ela é verdadeira em qualquer momento. Quer dizer, o requisito é o da estabilidade, onde quer que o conhecimento seja possível, a verdade é possível.

Como se pode notar, em nenhum conceito ou noção de James a verdade é identificada com utilidade, como algo que deve ser utilizado com o máximo de proveito pessoal ou para a comunidade. James se pergunta pelas consequências práticas, que diferença faz para alguém quando entra em contato com um objeto perguntar pela sua verdade, sua utilidade, seu emprego, e isto varia conforme a situação. De que adianta ter a imagem de um relógio, de seus mostradores se alguém precisa consultar as horas, ou consertar um relógio quebrado, ou acertá-lo? De nada, não é útil, diz James, mas não no sentido de proveito pessoal para alcançar a meta da felicidade, do prazer, por meio de um cálculo. Se alguém quer saber como um relógio funciona, “fica difícil ver exatamente o que suas ideias podem copiar” (1949, p. 199). E adiante ele explica: “Ideias verdadeiras são aquelas que podem ser assimiladas, validadas, corroboradas e verificadas. Ideias falsas são aquelas que não podem sê-lo” (1949, p. 201).

Rorty e a verdade na conversação da humanidade

Em sua obra mais conhecida, *Filosofia e o Espelho da Natureza* (1979), Rorty afirma que seus “heróis” são na primeira linha Wittgenstein, Dewey e Heidegger. Na segunda linha a filosofia analítica de Quine, Sellars, Davidson e a filosofia da ciência de Kuhn e Feyerabend. Rorty diz que “deixar de lado a idéia de linguagens como representações e ser profundamente wittgensteiniano em nossa abordagem da linguagem seria ‘desdivinizar’ o mundo” (1993, p. 40), não mais precisar buscar a nossa essência especular. Na esteira dos filósofos acima mencionados, Rorty propõe uma filosofia não fundacionalista que sirva à conversação da humanidade, como opção à camisa de força da verdade objetivista do verificacionismo, que caracteriza o realismo representacional e que propõe uma concepção de mente como espelho da natureza. Essas noções têm servido como base para a epistemologia (no sentido cartesiano e positivista, isto é, como devendo produzir certeza e verdade por correspondência com a realidade empírica), que exige objetividade obtida exclusivamente pelos meios da representação cognitiva, do fluxo da consciência ou da razão formalizada. A perspectiva de Rorty, ao contrário, é holista e pragmatista, rejeita a teoria do conhecimento como central para a filosofia. Para o holismo o conhecimento é uma questão de prática social, de conversação, “compreendemos o conhecimento quando compreendemos a justificação social de crenças, e assim não temos nenhuma necessidade de vê-lo como exatidão da representação”, explica Rorty (1979, p. 170) nem como conhecimento que se limita à busca por certezas.

Rorty mostra que conhecer decorre de certas relações entre uma pessoa e as proposições que ela emprega. Estas são diversas e variadas, e são sempre acerca de algo, o conhecimento se dá sempre sobre isso ou aquilo. O conhecimento pode proporcionar certezas, mas não em razão de causas epistemológicas, e sim mediante argumentos, no espaço lógico do dar razões, no espaço da justificação. Este espaço difere do espaço kantiano da explicação causal e coincide com o espaço argumentativo do discurso usado em situações normais, o que não lembra nem de longe a defesa de que verdade vale como emprego útil de proposições. O que Rorty visa é criticar o desejo por comensuração, quer dizer, a busca pelo espaço causal no qual todo conhecimento tem uma origem e um destino: encontrar a verdade ao preço de algum critério último. “O desejo por uma ‘epistemologia’ é simplesmente o produto mais recente do desenvolvimento dialético de um conjunto originalmente escolhido de metáforas” comenta Rorty (1979, p. 163). Assim, criticar a imagem do conhecimento como representação exata de um sujeito, ou seja, a metáfora do *espelho da natureza* implica rejeitar que há uma caixa fechada que encerra o conhecimento visto como montagem de representações exatas e a filosofia limitada à busca de estruturas imutáveis.

Há necessidade de fundamentar apenas em contextos onde vale buscar coerência e extrair consequências para a ação. Precisar de fundamentos é algo coerente e produtivo, mas a questão não é inquirir acerca da origem ou das fontes desses fundamentos. Verdade e conhecimento são julgados pelos padrões que uma época tem de inquirir. Diz Rorty: “nada conta como justificação a não ser por referência ao que já aceitamos, [...] não há como sair de nossas crenças e de nossa linguagem para encontrar algum teste que não seja a coerência” (1979, p. 183). Ou seja, não há como sair de nossa linguagem, das crenças, da cultura. Para testar a verdade temos a coerência. O conhecimento pode proporcionar certezas, mas não em razão de causas epistemológicas, e sim mediante argumentos, no espaço lógico do dar razões, da justificação. Não há, além disso, como saber se uma teoria é definitivamente superior à outra, uma vez que a referência não decorre de uma linguagem pela qual o significado pudesse ser analisado e que assegurasse a aplicação de um método para chegar à estrutura inteligível e permanente da realidade. A referência vem da prática em contextos, falar sobre algo é mostrar como esse algo se deu através da história, da evolução da vida humana, da nossa psicologia, etc. Em outras palavras, só podemos falar de um “x” real em termos absolutos, se pudéssemos sair do nosso conjunto de representações e inspecionar as relações entre as representações e os objetos representados. Rorty critica o dualismo esquema/conteúdo, mostra que a natureza não tem um modo

preferencial de ser referida. Não há um esquema comum, um terreno comum (comensuração) com o qual confrontar nossas proposições. Nem por isso se abre mão da noção de verdade objetiva, ela é possível onde for possível a verdade de uma proposição ser justificada mediante o conjunto das proposições que nos fazem aderir, pela prática corrente, aos objetos familiares, cujas características conferem verdade ou falsidade às nossas proposições.

Consequências para o pragmatismo

É preciso limpar o terreno do pragmatismo de sua identificação com o utilitarismo que leva a usos inadequados dos propósitos, conceitos e noções do primeiro, a maioria deles em rota de colisão com o segundo, o utilitarismo.

Em tempo: o jogador da propaganda é Gérson, que não cansou em várias entrevistas de repetir que tal comercial foi uma das piores coisas que ele fez, arrepende-se de ter caído numa armadilha e se sente magoado e ofendido com as provocações que sofre.

Referências

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Introdução à filosofia da ciência*. 3. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.
- BENTHAM, J. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- DE WAAL, Cornelis. *Sobre pragmatismo*. São Paulo: Loyola, 2007.
- DEWEY, John. *Experience and nature*. Illinois: Southern Illinois University Press, 1988.
- _____. *Reconstruction in philosophy*. New York: Dover Publications, 2004.
- JAMES, W. *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking*. 11. ed. London, New York, Toronto: Longmans Green, 1949.
- PEIRCE, C. S. *Escritos não publicados (I)*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- RORTY, Richard. *Philosophy and the mirror of nature*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1979.
- _____. *Contingence, Ironie, Solidarité*. Trad. de Pierre-Emmanuel Dauzat. Paris: Armand Colin, 1993.